

quinta, 19 março 2009 | 10:07

Arqueologia/Coches

por © 2009 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

Manifestantes exigem intervenção do Conselho Nacional de Cultura

publicado 21:40 18 Março '09

Lisboa, 18 Mar (Lusa) - Os manifestantes hoje reunidos em Lisboa, frente aos Serviços de Arqueologia, aprovaram uma moção em que exigem a intervenção do Conselho Nacional de Cultura quanto às decisões relativas aos Museus dos Coches e da Arqueologia.

Os cerca de 200 manifestantes aprovaram por aclamação uma moção dividida em nove pontos que exige também a demissão da direcção do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR).

A demissão da direcção daquele Instituto é justificada pelo "seu manifesto envolvimento em todo este processo, de que apreço ter sido um dos principais mentores, e ao evidente incumprimento das garantias prestadas publicamente", designadamente por a mudança de instalações dos serviços não estar a ser "devidamente acompanhada e supervisionada".

Os manifestantes que se afirmaram contra a construção do novo Museu dos Coches, exigem que o Conselho Nacional de Cultura "escrutine" as decisões de construir o novo Museu dos Coches, "de despejar o Museu de Arqueologia, de desalojar os relevante serviços públicos e acervos de arqueologia nacional".

A moção exige também que o Conselho Nacional de Cultura "escrutine" o facto de se poder vir a "intervir material e erraticamente na Cordoaria Nacional".

O Conselho Nacional de Cultura "permanece por constituir, dois anos após a sua criação legal", o que segundo os promotores da moção impede a avaliação de qualquer projecto cultural como exige a Constituição da República.

A moção exige ainda "a revisão a nível governamental deste conjunto de acções descoordenadas e desconcertadas que envolvem os Ministérios da Cultura, Defesa e Economia" de modo "a evitar danos para o património museológico, arqueológico e arquitectónico".

A suspensão das obras em curso nas instalações dos Serviços de Arqueologia, em Belém, frente os quais se realizou a concentração, é outra das exigências.

No documento de duas páginas, pode-se ainda ler que os promotores desta acção, designadamente o Foro Cidadania LX e a Plataforma pelo Património Cultural, pretendem um "debate sereno e sério sobre a real oportunidade nacional de edificação de um novo Museu dos Coches".

"A responsabilização cível e criminal pelos eventuais danos pessoais e patrimoniais que possam advir desta situação".

A moção será agora enviada ao Presidente da República, ao primeiro-ministro, aos ministros da Cultura, Economia e Defesa, e ainda ao presidente da Assembleia da República e aos partidos políticos com assento parlamentar.

A concentração reuniu cerca de 200 pessoas que empunhavam cartazes com palavras de ordem como "os monumentos a cair e os ministros a sorrir".

Entre os manifestantes, encontravam-se Simonetta Luz Afonso, antiga directora do Palácio Nacional de Queluz e actual presidente do Instituto Camões, o historiador José Custódio e os arqueólogos Maria José Almeida, José Arnaut, Ana Cristina Araújo, Maria Ramalho e Jacinta Bugalhão, bem como João Neto da Associação Portuguesa de Museologia, Luís Raposo, na qualidade de membro do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS, sigla em inglês).

Falando aos manifestantes, Luís Raposo revelou a disponibilidade "para dialogar com o Governo" e encontrar "uma saída airosa".

Raposo afirmou que são "pessoas responsáveis e de diálogo" e aplaudiu a decisão do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico em suspender as obras naquele local, referindo-se a esta como "uma grande oportunidade para debater e reflectir".

NL.

Lusa/Fim